

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ

DESPACHO

Processo nº 00303.005685/2026-13

Interessado: Coordenação de Licitações e Contratos - DPE-PI, Diretoria Administrativa - DPE-PI

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

1. O presente processo refere-se à contratação de empresa para aquisição de climatizadores evaporativos portáteis para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado do Piauí, fundamentada no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

2. Foi proposto, por meio do Termo de Referência (0291339), da Diretoria Administrativa, a realização de dispensa eletrônica para a aquisição pretendida, nos termos do art. 75, inciso II e § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

3. Após o encaminhamento da minuta de AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA (0291442) e seus anexos (0291443, 0291445, 0291447 e 0291448), pela Coordenação de Licitações e Contratos, por meio do Despacho (0291438), os autos foram apreciados pela Assessoria Jurídica desta Defensoria, conforme Parecer 205 (0295188), em cumprimento ao disposto no inciso III, do art. 72, e do art. 53, ambos da Lei nº 14.133/2021 e, posteriormente, pelo Controle Interno (0296748), para fins do controle prévio de legalidade.

4. Conforme Despacho (0287205), da Coordenação de Orçamentos e Finanças, a contratação requerida está adequada à Lei Orçamentária Anual e é compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, posição ratificada por esta ordenadora de despesa no mesmo documento. Ademais, o limite de valores para dispensa não foi ultrapassado, nos termos do Termo de Não Fracionamento de Despesa (0288453).

5. Pelo exposto, aprovo o AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA e seus anexos, e, com efeito, AUTORIZO a realização do procedimento de contratação por dispensa de licitação e abertura da sessão pública de seleção do fornecedor, na forma eletrônica, nos termos solicitados.



Documento assinado eletronicamente por **CARLA YASCAR BENTO FEITOSA BELCHIOR - Matr.0208506-2, Defensora Pública Geral**, em 30/07/2026, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.defensoria.pi.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0297099** e o código CRC **28448DE2**.

Referência: Processo nº 00303.005685/2026-13

SEI nº 0297099